



O Caminho Velho das Minas: a descrição de Antonil, os mapas coevos e a cartografia moderna

André Rezende Guimarães*

Resumo

O uso de fontes cartográficas em estudos de História tem ganhado popularidade entre as pesquisas sobre o Brasil. Essa tendência ganhou maior força durante os últimos dez anos, embora, de forma geral, não seja algo recente na historiografia. No entanto, a falta de conceitos definidos, ferramentas analíticas e metodologia específica dentro da historiografia para tratar das idiossincrasias da produção cartográfica de sociedades passadas ou, mesmo, presentes faz com que tal tipo de fonte não seja aproveitado em seu verdadeiro potencial. Diferenciar mapas e cartas de ilustrações e iconografia — outro tipo de fonte cada vez mais popular no campo da História — e reconhecer seu papel como ferramenta que ajuda a entender o espaço, permitindo seus usuários a viajar por ele, explorá-lo, registrá-lo e planejá-lo, é fundamental no uso de tais fontes. Para tanto, é preciso se familiarizar com o uso dessas ferramentas, reconhecendo suas relações intrínsecas com medidas, direções e tempo, que são elementos físicos. Com isso, é preciso, também, desenvolver o hábito de observar o espaço real sobre o qual os mapas e cartas discorrem e de fazer referências a cartas produzidas com técnicas modernas, que têm fidelidade bem maior do que aquelas de períodos históricos anteriores. Para exemplificar a importância desses temas, essa comunicação buscará analisar a descrição do chamado Caminho Velho das Minas, feita pelo religioso Antonil na virada dos séculos XVII e XVIII, e as suas relações com o espaço físico real — com o auxílio de cartas modernas — e com o modo como o espaço era percebido em cartas e mapas coevos. Várias interpretações foram feitas sobre essa descrição, a mais conhecida delas, hoje em dia, sendo a de André Mansuy Diniz Silva (2001), associando-a ao seu contexto histórico, mas nunca ao espaço físico ao qual se refere. É possível que um estudo que correlacione as descrições, mapas e cartas coevos com o espaço físico que

* Arqueólogo e Mestre em História - andreguimara@gmail.com





buscam retratar poderá trazer novas interpretações, questionar e ampliar as já existentes ou, mesmo, mudar a percepção que se tem das Minas daquela época.

Palavras-chave: Antonil, Caminho Velho, Minas Gerais, Século XVIII.

O uso de fontes cartográficas em estudos de história tem ganhado popularidade entre as pesquisas sobre o Brasil. Essa tendência ganhou maior força durante os último dez anos, embora, de forma geral, não seja algo recente na historiografia¹. No entanto, pouca metodologia tem sido desenvolvida para lidar com as suas idiossincrasias. Trata-se de um problema que, na verdade, parece se estender para percepções materiais da história, para além de um materialismo histórico marxista simples, frequentemente limitado apenas à idéia de infra-estrutura², mesmo quando vários estudos já chamaram a atenção para a importância dessa esfera da existência humana para as chamadas ciências humanas.³ O fato é que seres humanos vivem, forma-se e expressam-se através de seu mundo material, sendo limitados por ele, mesmo quando têm a capacidade de moldá-lo e modificá-lo.⁴ A cartografia é

1 BORGES, *Inaugurando a história e construindo a nação*, 2001; COSTA (Org.), *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004; DANGELO, *A formação da cultura arquitetônica em Portugal durante os séculos xvii e xviii e seus agentes de transposição para o Brasil e as terras mineiras*, 2006; FUNARI, *Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material*, 2005; PAIVA, *História & Imagens*, 2002; PESAVENTO, *História e História Cultural*, 2002; REIS, *Entre faisqueiras, catas e galerias*, 2007; SAFIER & FURTADO, *O Sertão das Minas como espaço vivido*, 2006;

2 Excessões brilhantes que conseguem incluir em seus trabalhos o mundo material do passado como elemento significativo são ROCHE, *História das coisas banais*, 2000; ROCHE, *O povo de Paris*, 2004 e THOMPSON, *Senhores e caçadores*, 1997. Para um exemplo mais específico sobre o Brasil, ver MENESES, *Artes fábriis e serviços banais*, 2003.

3 BRAUDEL, *Civilização material, economia e capitalismo*, 1995; DARNTON, *O grande massacre de gatos*, 1986; ROCHE, *História das coisas banais*, 2000.

4 Pontos de referência para que um diálogo com esse mundo material se iniciasse dentro da história podem ser fornecidos por disciplinas como a arqueologia, geografia e alguns teóricos da sociologia. Ver HODDER, *Theory and Practice in Archaeology*, 1995; HODDER, et. alli. (orgs.). *Interpreting Archaeology*, 1995; INGOLD, *The temporality of the landscape*, 1993; JOHNSON; *Concepts of agency in archaeological interpretation*, 1989 e JOHNSON, *Housing culture*, 1993. Ver também CASSEL, *The Giddens reader*, 1993; FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, 1998 e GIDDENS, Anthony. *The constitution of society*, 1984.





um tipo de fonte privilegiado para lidar com essa idéia, pois é exatamente a representação do processo cognitivo de entendimento de um espaço físico e, em grande medida, fixo. Apesar de atuarmos em um espaço de acordo com nossa percepção do mesmo, que é influenciada por incontáveis processos sociais e culturais que nos formam como indivíduos, o mesmo espaço retém alguma rigidez à qual temos que acomodar nossas idéias sobre ele. Montanhas, rios, vilas e caminhos não mudarão de lugar ou se dobrarão de forma a se encaixar em nossas percepções sem algum tipo de influência física direta de nossa parte que, por si só, já reconhece a materialidade desses elementos e a dependência de nossas visões de mundo de um universo material. De forma geral, são nossas percepções que precisam se acomodar ao que nossos corpos e sentidos são obrigados a experimentar todos os dias.

Cartas e mapas não são apenas iconografia. Embora possam ser tratadas como tal, isso esvazia deles o potencial distinto que têm como fonte histórica. Diferentemente de iconografia, cartas e mapas não têm como prioridade apenas a ilustração por si só, mas, sim, uma ilustração coordenada. Não se busca, aqui, uma classificação de tipos de fontes ilustradas para se diferenciar mapas e cartas de iconografia, mesmo porque a linha divisória entre elas seria impossível de se traçar, dados os seus vários pontos de interseção, mas há uma diferença sutil que permite isolar dois extremos de um espectro. Mapas precisam lidar com tempo e espaço de uma forma que outros tipos de ilustrações não precisam se preocupar tanto, envolvendo, de uma forma ou de outra, medidas, direções e tempo, relativos ou absolutos, dentro da concretude específica do espaço representado. Um mapa, para ser um mapa, precisa de um grau de compromisso — ou de tentativa de compromisso, pelo menos — com o meio físico que representa, que respeite as características posicionais de seus elementos como são conhecidas e experimentadas por seu autor e público. Aqui, a noção de posição não pode ser subestimada. Subverter tais características de forma exagerada transformá-lo-ia num trabalhão de ficção, alterando sua função e condição: não seria mais um mapa ou carta. Obviamente, erros, equívocos ou mesmo alterações propositais existiram e existem no universo da cartografia, com diversas consequências sociais, políticas e econômicas, mas tais mudanças permanecem aceitáveis desde que o mapa ou carta permaneça útil na intermediação entre ações humanas ou o seu





planejamento e uma determinada área espacial.⁵ Nesse processo, elementos errôneos de uma representação espacial podem ser percebidos. Serão, então, corrigidos ou não corrigidos de acordo com a conveniência. Tais circunstâncias permaneceriam ditadas pela utilidade do mapa ou carta como instrumento de mediação entre o cognitivo e esferas espaciais. Em outras palavras, o universo concreto que fosse representado poderia ser interpretado, moldado ou mesmo distorcido dentro de vontades, capacidades técnicas ou visões de mundo específicas, deliberadamente ou não, mas essas ações não poderiam contradizê-lo; precisariam adaptar-se e encaixar-se dentro de limites físicos para manterem sua funcionalidade.

No entanto, a percepção do espaço como algo concreto, material, e que serve como ponto de referência para a produção de mapas e descrições são elementos que precisam ser absorvidos mais profundamente pela historiografia para que ferramentas analíticas de outros tipos de fontes — como as fontes iconográficas — não sejam transferidas de forma simplista para a cartografia colonial. O mesmo vale para outras formas de descrição do espaço, inclusive fontes escritas. Ilustrações ou descrições espaciais precisam condizer com o espaço do qual tratam. Portanto, além de metodologias e ferramentas analíticas, é preciso desenvolver o hábito de observação do espaço físico, mesmo que seja o espaço de hoje, já que muitos dos elementos do passado permanecem inalterados. Por exemplo, as grandes serras, rios e planaltos ainda estão no mesmo lugar, e as vilas e arraiais não se levantaram e procuraram recantos mais agradáveis para se instalarem. Mesmo que nossas percepções desses elementos tenham mudado, em grande medida foram elas que se adaptaram e se acomodaram à essa materialidade específica, e não o contrário.

Este trabalho irá se focar nas Minas Gerais do final do século xvii e da primeira metade do século xviii, em uma descrição e interpretação do que é conhecido hoje pela historiografia como o “Caminho Velho” ou “Caminho de São Paulo”. Em 1711, foi publicada em Lisboa a obra de um tal André João Antonil com o título *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas*

⁵ Por exemplo, as ações portuguesas na criação do “Mapa das Cortes”, entre outras produções cartográficas, durante as negociações com a Espanha sobre a verdadeira posição do meridiano de Tordesilhas ou, mas especificamente, sobre as fronteiras dos domínios das duas coroas na América do Sul. Sobre o assunto, ver ALMEIDA, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, 2001.





e Minas. Esse trabalho continha diversas informações sobre a colônia portuguesa, especialmente no que diz respeito a suas atividades econômicas. O autor apresentou valores de rendimentos, descrições de processos de produção e, no caso das Minas, descrições sobre os caminhos que levavam a elas. Esse trabalho é muito importante para todos os estudiosos do período e região em questão, e tornou-se o principal ponto de referência sobre a forma como os habitantes da colônia circulavam pelas e para as Minas. Foram descritos o “Roteiro do Caminho da Vila de São Paulo para as Minas Gerais e para o Rio das Velhas”⁶, o “Roteiro do Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Cataguás e do Rio das Velhas”⁷, o “Roteiro do Caminho Novo da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas”⁸ e o “Roteiro do Caminho da Cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas”⁹. O que a historiografia e a cultura popular conhecem hoje como o “Caminho Velho” ou “Caminho de São Paulo” seria o primeiro deles: o caminho de São Paulo para as Minas Gerais.¹⁰

A importância para a historiografia de se identificar essas rotas de forma mais precisa não está apenas no resultado de uma descrição mais acurada da realidade coeva, mas através das nossas percepções de tais caminhos pode-se entender melhor a forma que se deu o desenvolvimento de determinadas regiões. Tal entendimento poderá chamar a atenção de investigadores para regiões até agora negligenciadas, mas que podem ter tido papel importante na época. Passemos, então, à descrição de Antonil e às interpretações que têm dominado a historiografia.

Antes de tudo, é preciso lembrar que André João Antonil talvez fosse o pseudônimo de um padre italiano ordenado chamado Andreoni, que viveu na Bahia mas que nunca esteve nas Minas pessoalmente.¹¹ Logo, seus relatos e descrições sobre aquela região teriam sido feitos com informações de

6 ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001, Capítulo x.

7 ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001, Capítulo xi.

8 ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001, Capítulo xii.

9 ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001, Capítulo xiii.

10 E não o único caminho descrito por Antonil como “velho”, que seria o Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Cataguás e do Rio das Velhas”.

11 Ver a argumentação proposta por André Mansuy Diniz Silva em ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001.





terceiros. Embora esta sugestões levante diversas questões sobre a natureza da disseminações de informações naquele contexto, também adverte para a cautela no tratamento delas. Vários equívocos e imprecisões estão presentes no relato.

Andrée Mansuy Diniz Silva, em sua edição comentada da obra (2001), interpreta a descrição de Antonil e apresenta uma sugestão de rota para o Caminho de São Paulo que se encontraria com a rota do Caminho Novo do Rio de Janeiro nos arredores da serra do Itatiaia e seguiria para Vila Rica e Sabará pelo leste da atual serra da Moeda. Tal interpretação, no entanto, baseou-se apenas nas leituras dos topônimos e faz pouco sentido quando contraposta com o espaço real, especialmente quando se considera as distâncias dos trechos descritos, os tempos de viagem e as direções. No entanto, é a mesma interpretação, baseadas ou não nesse trabalho citado, que dominam a historiografia corrente sobre o assunto, às vezes sustentando uma a outra ou procurando base em uma produção cartográfica já do final do século XVIII que mostra uma situação de trilhas e rotas já bem diferente.¹²

O Caminho Velho se estabeleceu sobre as primeiras rotas abertas pelos bandeirantes. Muitas delas, tal qual a bandeira de Fernão Dias Paes Leme, uma expedição de grande importância para exploração daquele território pelos paulistas, seguia o vale do rio Paraopeba.¹³ Esse trecho podia usar o pico do Itatiaiuçu, um importante marco na paisagem, como ponto de referência. Dois mapas anônimos datados do primeiro quartel do século XVIII representam esse pico com destaque no vale do rio Paraopeba e um caminho que segue para Pitangui partindo exatamente dele (Figuras 1 e 2). No mapa dos “padres matemáticos”, mais tarde, o mesmo caminho para Pitangui também seria representado, o que reforça a idéia desse vale como uma rota de trânsito acessível aos campos de Ouro Preto. Ainda, em um dos

12 ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001; MORAES, *De arraiais, vilas e caminhos*, 2007; RESENDE, *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes*, 2007 e as interpretações de Affonso D’Escagnolle Taunay em outra publicação da obra de Antonil, ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 1982.

13 Essas expedições tiveram grande influência na forma de ocupação das Minas e sua territorialização. Sobre isso ver RESENDE, *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes*, 2007. Inclusive é possível sugerir, também, que um dos braços da bandeira de Bartolomeu Bueno da Siqueira, mencionada por essa autora, possa ter seguido o vale do rio Paraopeba.





mapas anônimos (Figura 1), um ponto do lado leste do planalto ao sul da atual serra do Curral é chamado de “Rodeador”, denominação comum na época para vários trechos de caminho que significavam algum tipo transposição sobre uma formação geológica. No outro mapa anônimo, é o próprio planalto que recebe essa denominação, sendo referido como “Rodiadouro” (Figura 2). Com o Caminho Velho passando pelo vale do Paraopeba, seria possível, então, cruzar a atual serra da Moeda a qualquer momento e ingressar no planalto ao sul do Curral del Rey, cruzá-lo, e então seguir tanto para Vila Rica, quanto para Sabará (Figuras 3 e 4).

A partir daquele ponto de encruzilhada, Antonil dá o tempo de seis dias de viagem para qualquer um dos dois destinos¹⁴, da mesma forma que outros documentos coevos dão o mesmo tempo de viagem do vale do Paraopeba até as duas vilas.¹⁵ De fato, o caminho representado nos mapas dos “padres matemáticos”, datados de 1734 e 1735, que liga as duas vilas entre si, passava exatamente por ali — do lado leste da atual serra da Moeda e do planalto delimitado, a leste, pelo pico de Itaubira, atual pico do Itabirito (Figura 4). Inclusive, esse pico podia servir de ponto de referência para se cruzar o planalto, pois, uma vez na crista da atual serra da Moeda, quando se sai do vale do rio Paraopeba, ele é a referência natural mais óbvia na paisagem (Figura 5). A partir de Itaubira podia-se seguir até Caxoeira por uma estrada marcada nos mapas dos “padres matemáticos” (Figura 4), ou na direção sul até Congonhas do Campo — esta última podia ser alcançada, inclusive, por uma trilha que segue, por um trecho, pela crista da atual serra da Moeda, sugerindo que o “rodeio do Itatiaia” não era a única forma de prosseguir para Vila Rica ou Sabará a partir daquele sítio. É verdade que, nos limites mais

14 O tempo de viagem dado por Antonil está de acordo com os hábitos de viagem dos paulistas, como ele mesmo diz. Isso quer dizer que não se viajava do nascer ao pôr do sol, mas apenas até o jantar, ou seja, a refeição feita no meio do dia que, para nós, hoje, seria o almoço. Os paulistas viajavam com pouco peso e poucos mantimentos e, normalmente, em missões de exploração, fosse em busca de novas minas ou fosse para o aprisionamento de índios. Portanto, a segunda metade do dia era dedicada à coleta de alimentos, construção de abrigos temporários e exploração dos arredores — talvez a faiscação de algum rio, por exemplo.

15 Ver as cartas do ouvidor-geral Diogo Cotrim de Souza que conduziu uma diligência naquela região para prender um grupo de falsários que havia se instalado aos pés da atual serra da Moeda. AHU, Avulsos, cx.19, doc.34. Sobre o assunto, ver, também, GUIMARÃES, *Inácio de Souza e os Falsários do Paraopeba*, 2008.





ao norte dessa serra, o pico desaparece do campo de visão, mas nesse ponto é possível observar o pico da atual serra da Piedade (Figura 6), que serve para a navegação até Sabará ou Caeté, exatamente as vilas para onde poderia seguir um viajante que seguiu tão para o norte pelo vale do Paraopeba, ao invés de tomar a rota para o leste para seguir para Vila Rica ou Vila do Ribeirão do Carmo (Figuras 3 e 4). Quando se cruzam grandes distâncias, especialmente quando não há caminhos claramente demarcados, os grandes picos são os pontos de referência mais óbvios na paisagem. Tanto o pico do Itabirito, quanto o Itatiaiuçu ou o pico da serra da Piedade podem ser incluídos na lista de tais marcos, mas, além deles, há vários outros pelas Minas.

Ou seja, a partir do vale do Paraopeba, estava-se tão perto de Sabará quanto de Vila Rica. Caxoeira ou algum lugar em seus arredores era de fato a encruzilhada entre Vila Rica e Vila Real, no Caminho Novo, de acordo com os mapas do “padres matemáticos”. A possibilidade de interseção dos dois caminhos ser próxima a Congonhas do Campo não condiz com as informações dadas na descrição de Antonil, que diz que ela acontecia a partir do “rodeio da Itatiaia”, e não Congonhas do Campo, como alguns autores sugeriram em alguns mapas que produziram.¹⁶ Isso independentemente de se aceitar a interpretação proposta, aqui, para a rota do Caminho de São Paulo. Reforçando a argumentação, Congonhas do Campo sequer aparece na descrição do Caminho de São Paulo, e sim uma serra inteira chamada de Itatiaia, exatamente como aconteceria na rota sugerida nesta comunicação.

Na verdade, é possível que, ao fazer referência à serra do Itatiaia, o religioso se confundira em meio às várias informações de segunda ou terceira mão das quais se utilizara para escrever sobre as Minas, o que levou ao equívoco de alguns autores. Tal confusão foi gerada, provavelmente, por um possível erro do religioso quanto ao nome e posição do pico ou serra do Itatiaia que, inclusive, já não mantém mais esse nome nos dias de hoje — diferentemente do pico do Itatiaiuçu. É possível que na obra setecentista o autor tenha confundido Itatiaiuçu com Itatiaia. O sufixo tupi *açu* ou *assu* (grande) pode ser encontrado na documentação coeva separado da palavra principal, como ocorre com os nomes de alguns lugares mencionados em

16 ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil*, 2001; MORAES, *De arraiais, vilas e caminhos*, 2007 e RESENDE, *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes*, 2007.





mais de um dos documentos utilizados pela própria Andrée Mansuy para interpretar o trabalho de Antonil, especialmente na *Descrição do mapa geographico...*, por exemplo, o nome Cavarú assú, mencionado no roteiro do Caminho Novo dado neste documento. Ainda, nos mapas anônimos citados acima (Figuras 1 e 2), o pico do Itatiaiuçu aparece como Itutia asú ou Itatia asu.¹⁷ É possível que um termo semelhante a Itatiaia asú, ponto de referência do Caminho Velho, tenha sido confundido ou simplesmente referenciado como Itatiaia no trabalho de Antonil; nome que seria, na verdade, de uma outra formação geológica usada como ponto de referência do Caminho Novo.

Reforçando essa sugestão quanto aos Caminhos Velho e Novo, lembremos que a distância dada por Antonil até Vila Rica ou Sabará, a partir da encruzilhada do Caminho Velho, era a mesma, algo impossível partindo-se do “rodeio do Itatiaia”, mas perfeitamente compreensível se o vale do Paraopeba for tomado como referência. Sua descrição do Caminho Novo dá, inclusive, uma informação bem diferente, mesmo quando o nome Itatiaia é mantido. Nesse último o autor diz que, partindo do mesmo rodeio do Itatiaia, Vila Rica é alcançada em uma jornada pequena e Sabará em cinco. O mesmo autor fala, também, que, no Caminho Velho, havia as roças de Garcia Rodrigues, possivelmente o filho de Fernão Dias, que cruzou o vale do Paraopeba, e que, logo, podiam facilmente estar localizadas naquela região. Tais roças estariam a apenas dois dias de viagem da serra do Itatitá, ou seja, já muito próximas dos campos de Ouro Preto. Roças de Garcia Rodrigues também são mencionadas no Caminho Novo, mas nas proximidades do registro do Paraibuna, uma área impossível de pertencer ao Caminho Velho já que está ainda muito próxima ao Rio de Janeiro. Ou seja, as duas referências às roças de Garcia Rodrigues na verdade dizem respeito a pontos totalmente diferentes nas duas descrições e dizem respeito a um homem que participou da abertura dos dois caminhos! Mais uma vez, lugares diferentes com o mesmo nome ou topônimos semelhantes não podem ser confundidos. Tais roças não são mencionadas na *Descrição do mapa geographico...*, que data aproximadamente da mesma época. Esse último documento diz respeito, também, ao Caminho Novo, e dá um tempo de viagem mais curto do que

¹⁷ Ver COSTA, *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004, p. 170; e RINGER, *A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas*. 2007, p. 128.





o que dá Antonil quando descreve, no Caminho Velho, o trajeto do rio das Mortes até Vila Rica e Sabará. Embora os tempos de viagem dados por Antonil contenham vários erros, é possível que a referência à viagem do rio das Mortes não indicasse um equívoco, mas uma rota um pouco mais longa que passasse pelo vale do Paraopeba e seguisse até a serra do Itatiaiuçu, em vez do “rodeio do Itatiaia”. Até a diferença no uso das duas referências, uma como um rodeio, no caso do Caminho Novo, e a outra como uma serra, no caso do Caminho de São Paulo, pode ser uma pista de que se tratava de formações topográficas distintas. Ou seja, ou Antonil se equivocou em relação à distância, ou se equivocou em relação aos nomes. Aceitar um significa, necessariamente, negar o outro. No entanto, quando consideramos as questões ortográficas de nomes tão parecidos, e o fato que se trocamos o nome de Itatiaia, no Caminho Velho, por Itatiaiuçu, as distâncias passam a fazer perfeito sentido, pode-se supor que talvez tenha sido um erro toponímico. Lembremos, também, que vindo de São Paulo, a aproximação dos campos de Ouro Preto se dá pelo sudoeste, que é a posição do vale do Paraopeba, e vindo do Rio de Janeiro, a aproximação se dá pelo sul-sudeste, tornando a passagem pelo vale irrelevante. Até hoje, são essas as rotas das estradas que ligam Belo Horizonte ao Rio de Janeiro (BR-040) e São Paulo (BR-381). No caso da última, ela não passa pelo vale do Paraopeba apenas pela posição mais a noroeste de Belo Horizonte em relação ao centro de circulação das Minas entre Sabará e Vila Rica durante o período colonial. No entanto, a BR-381 ainda corta a atual serra Negra (continuação da atual serra do Curral) onde está o pico do Itatiaiuçu que, inclusive, é bem visível àqueles que percorrem a estrada vindos de São Paulo.

O Itatiaiuçu, destacando-se na silhueta da serra Negra, podia facilmente ser utilizado na navegação pelo vale do Paraopeba (Figura 7). No vale de um grande rio, como é esse, a flora tropical se recompõe muito rapidamente, e de um ano para outro uma trilha pouco usada pode desaparecer completamente. Nas primeiras décadas do Setecentos, aquela região, de terreno bastante acidentado, apresentava poucos núcleos de povoação e pouco desmatamento. Esses fatores faziam com que fosse natural se ater a referências seguras na paisagem, como os grandes picos, ou o próprio rio Paraopeba, em vez de arriscar uma jornada em outra direção, tentando encurtar a viagem e terminar num





ponto sem marcas naturais ou trilhas abertas que permitissem a navegação.

Embora não possamos subestimar a capacidade humana de conhecer intimamente uma região, suas trilhas e azimutes, isto seria difícil para o caso de regiões que eram atravessadas em ritmo de jornada, passando por áreas pouco conhecidas, as quais seriam vistas poucas vezes. Além disso, viajar utilizando essas referências naturais, ao longe, significa que nem sempre a mesma rota passará pela mesma trilha ou caminho. O destino sendo o mesmo, as rotas podem variar vários metros ou quilômetros a cada vez que forem percorridas, dependendo das circunstâncias da estação ou mesmo do ritmo do viajante. Entretanto, com pontos de referência tão distantes, essas variações não fazem diferença para se alcançar o destino final, mas significam que um viajante pode passar pela mesma rota várias vezes e o espaço imediato a ele sempre se apresentar como algo totalmente novo. Tais variações podem significar, também, a diferença entre uma viagem fácil e rápida e outra difícil e demorada, pois poucos metros já são o suficiente para se evitarem barrancos, vegetações, brejos ou outros obstáculos mais imediatos difíceis de serem cruzados. Talvez por isto os índios fossem tão valorizados como carregadores de carga pelos caminhos das Minas — até mais do que bestas de carga.¹⁸ D. Lourenço, em 1727, insiste que os materiais frágeis destinados às fundições de Vila Rica fossem transportados nas “costas dos índios”.¹⁹ Qualquer viajante podia seguir um pico ou um grande rio, mas a arte de facilitar esse percurso não era domínio de todos.

As chances de se perder eram muitas naquela época, e exploradores enfrentam essas dificuldades até mesmo nos dias de hoje, apesar de cartas detalhadas e bússolas. Esta era a realidade da navegação, e a administração régia e os habitantes daqueles locais sabiam bem disto. Reiteram essas dificuldades as constantes menções, na documentação coeva, sobre a aspereza dos caminhos e a dificuldade de se localizar quem não quisesse ser encontrado naqueles matos ermos. Em 1726, quando D. Lourenço recebe notícias de lavras clandestinas em Itaberaba, ordena ao capitão-mor das Congonhas “facilitar o caminho” até o local²⁰. Mais especificamente em relação ao vale

18 Esse assunto é levantado em HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*, 1994, mas pode ser, também, observado em diversas fontes coevas.

19 ANTT, Manuscritos do Brasil, vol. 26, fl. 102v-103v.

20 APM, CMOP 006, fl. 59.





do Paraopeba, um dos delatores da fábrica clandestina de barras e moedas de ouro que funcionou ali entre 1727 e 1731, apesar de reconhecer as facilidades da conexão da fábrica com o rio Paraopeba, também dizia que “quem não sabe o caminho das ditas casas e vivenda até o dito rio Paraupeba [é] capaz de se andar a cavalo todo entre matos virgens”.²¹ Anos antes, em 1715, D. Brás Balthazar da Silveira reclamava que era difícil o governo de

[...] homens que vivem por entre matos tão cerrados que estando muito junto das vilas se não sabe onde assistem, por ser tal a sua indústria que nem caminho querem fazer para as ditas vilas, por se livrarem de alguma diligência que lá se lhe queira fazer [...]. (CARTA, 1998, p.13)²²

Esses relatos sugerem a dificuldade de trânsito por aquela paisagem e o quanto as chances de se perder eram grandes. Esse não era o desejo de nenhum viajante, especialmente em uma área inóspita, vasta e desconhecida. Um relatório sobre a província das Minas, redigido por um autor anônimo e sem data, e que, pelo conteúdo, parece ser dos anos de 1730 ou 1740,²³ diz que “o Caminho Novo do Ryo de Janeiro, e da mesma Sorte o velho de São Paulo, hé hum contínuo desfilladeiro entre bosques, e com passages de Ryos”. A situação piora ainda com as

[...] mallinas (sic), de q' poucos escapão, e menos os Estrangeiros e em todo o anno o achaque de corrupção chamado bicho, q' não sendo conhecido, e remediado a tempo se fas mortal em poucos dias. As piranhas, e giboyas fazem q' se não possam vadear sem perigo os Ryos, as cobras Surucucus, e outros infestos venenozos, infestão os campos aos passageiros [...].²⁴

Rotas conhecidas eram sinônimo de segurança. Logo nas primeiras décadas do século XVIII, o Caminho Novo já estava consolidado, e os

21 BNL, Coleção Pombalina, Códice 6699.

22 CARTA de D. Brás Baltasar da Silveira a El-Rei, de 28 de março de 1715. APM. Seção Colonial. Códice SG 04 fl.396 v. Retirado de ANASTASIA, *Vassalos rebeldes*, 1998, p.13.

23 BNL, Coleção Pombalina, Códice 738, fl.251-257v. O autor deste relatório o escreveu depois da instalação dos registros e num período onde a produção aurífera estava no auge. Ele menciona, apenas entre os “mineiros”, uma arrecadação dos direitos reais de mais de 250 arrobas, excluindo taxações indiretas como taxas das alfândegas nos portos de mar, que pagam nas compras dos negros e mercadorias para levarem para as Minas.

24 BNL, Coleção Pombalina, Códice 738, fl.251-257v.





arredores de Vila Rica, pelo menos até Congonhas do Campo, era salpicado de arraiais e pequenos núcleos urbanos.²⁵ Embora fosse possível cruzar a atual serra da Moeda e seus prolongamentos, avistar o grande pico de Itabirito e seguir viagem até Vila Rica, essa manobra já não era necessária, já que o Caminho Novo tomava o lado leste do planalto que fica ao sul do antigo Curral del Rey, bem mais ao sul, evitando completamente essa formação topográfica (Figuras 8 e 9).²⁶ O caminho para Sabará seguia, então, do arraial de Cachoeira (Caxoeira ou Cachoeira), pelos afluentes do rio das Velhas, até a referida vila que era, nessa rota, mais distante do “rodeio do Itatitiá” do que Vila Rica. Mudaram-se os pontos de referência e as formas de se transitar pelo espaço. Os núcleos urbanos permitiam outros arranjos no trânsito de comboieiros e passageiros. Picadas e estradas abertas tornavam-se referências ao invés dos grandes picos, que permaneciam apenas como auxiliares ou como ferramentas daqueles que desejavam sair das rotas oficiais.

Utilizando os mapas confeccionados pelos “padres matemáticos” em 1734/1735 como fontes históricas sobre a utilização do espaço físico, é possível inferir as mudanças no trânsito de viajantes ocorridas nos anos de 1720.²⁷ Reconhecer que essas obras são o resultado de escolhas epistemológicas e funcionais historicamente construídas, e que nos remetem, de fato, “a modelos de organização do espaço social saídos do interior de paradigmas previamente estabelecidos”, como afirma Maria Eliza Linhares Borges (2001), talvez comprometa a sua utilização para o que pretendemos aqui²⁸;

25 Para uma discussão sobre o papel do poder oficial e de agentes povoadores na formação e controle desses caminhos ver RESENDE, *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes*, 2007; MORAES, *De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais*, 2007 e RENGER, *A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas*, 2007.

26 Ver o caminho registrado pelos padres matemáticos com uma linha pontilhada na Figura 4.

27 Para uma descrição mais detalhada sobre a missão e obra dos chamados “padres matemáticos”, ver ALMEIDA, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, 2001.

28 Apesar desta observação, a autora falha em reconhecer a cartografia como uma fonte sobre um espaço concreto, atribuindo a ela um valor simbólico e associado ao imaginário, tratando apenas dos processos de produção dos mapas e seus usos, e não do objeto principal que estimulou a sua produção, qual seja, o espaço. Ver BORGES, *Cartografia, poder e imaginário*, 2001. Sem o reconhecimento da dimensão espacial e material da cartografia, qualquer discussão sobre este tema permanece limitada, tratando os mapas apenas como construções imagéticas e não como produções cartográficas *de fato*.





todavia, apenas à primeira vista. Como representantes de uma missão oficial, a produção daqueles religiosos tenderia a refletir justamente as rotas oficiais e produzir um mapa com funções administrativas, para que os olhos do centro decisório do outro lado do Atlântico pudessem observar aquela região e definir suas estratégias.²⁹ O foco dos mapas foram exatamente os centros administrativos locais da região mineradora, o centro econômico da colônia na época. Não há razão, a princípio, para crer que a representação dos “padres matemáticos” illustre as regiões e rotas mais utilizadas pelos moradores das Minas, já que havia grande movimento fora das esferas oficiais.³⁰ Também, não significa que as rotas representadas por eles tenham sido sempre as mesmas e que em tempos anteriores não pudessem ter sido diferentes. Por exemplo, o pico do Itatiaiuçu, aparentemente um ponto de referência anos antes, sequer aparece nas representações feitas pelos religiosos em 1734, apesar dessas representarem alguns centros urbanos ao seu redor. Tal pico perdera sua importância, pelo menos nas rotas oficiais, pois já não pertencia mais a elas. Os picos que ganham destaque são exatamente aqueles do lado leste da formação da atual Serra da Moeda, como o pico de Itaubira e o pico da atual serra da Piedade (Figura 4). Um mapa produzido em 1790 para o termo da Vila de Queluz com base nas notações dos mesmos padres — portanto, com os pontos de referência relevantes para o ano de 1734 — apresenta o mesmo padrão. Destaca o Itacolomi e, novamente, o Itaubira.³¹ Com base nessas informações, reconhece-se que o vale do Paraopeba pode ter sido uma rota alternativa para viajantes — especialmente aqueles que quisessem se manter fora de rotas oficiais.

Sabemos que o vale do Paraopeba possuía uma ocupação populacional razoável naquela época. A partir de 1731, após o desbaratamento de um

29 ALMEIDA, *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*, 2001.

30 CAVALCANTE, *Negócios de trapaça*, 2006; GUIMARÃES, *Inácio de Souza e os Falsários do Paraopeba*, 2008, TÚLIO, *Falsário D’El Rei*, 2005

31 “Mapa do Termo da Real Villa de Queluz segundo as observacoes de Capaci e, Demos Correctas, e emendadas as Alturas Variantes para conhecimento da verdade” como apresentado em COSTA, *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004. Embora o mapa seja de 1790 foi feito com informações dos anos de 1730. É possível notar o pico do Itacolomi e o de Itaubira, ambos destacados na ilustração.





bando de falsários que atuava ali, houve um enorme fluxo de pedidos de cartas de sesmarias para a região sobre terras que já se encontravam em uso, possivelmente por causa da atenção que o crime atraiu para aquela área, impedindo seus moradores de continuarem sem registrar suas terras oficialmente. Isto sugere algum trânsito de pessoas pela região e, conseqüentemente, pelo Caminho Velho.

Como possibilidade de rota, entretanto não sabemos até que ponto esse trânsito ocorria por via fluvial. O rio Paraopeba não era navegável por toda sua extensão, especialmente no que diz respeito aos pontos que cruzam as duas serras que separam o rio em três segmentos. Pimentel Godoy, ao escrever *Expressão Econômica do vale do Paraopeba* (1957), dividia o curso do rio em três partes: superior, médio e inferior, sendo a última a que deságua no rio São Francisco. Os elementos geográficos que definem essas divisões são uma cachoeira, que separa o curso superior do médio, e uma estreita passagem que forma corredeiras muito difíceis de transpor e que separa o curso médio do inferior. O primeiro elemento é chamado de Salto do Paraopeba, na serra da Boa Vista, e o segundo Fecho do Funil, na serra do Rola Moça (nome atual). O segundo nome dá uma idéia do tipo de formação que se tem ali. O trecho do Caminho Velho que passaria por ali estaria exatamente entre essas duas formações e, portanto, isolado do restante do rio. Atravessar o Fecho do Funil pelo rio poderia não ser uma opção viável, devido à falta de equipamentos ou à ausência de habilidades específicas — que ainda hoje são um problema para essa travessia — ou, ainda, durante algumas épocas do ano, por causa das chuvas. Quando observamos os mapas confeccionados em 1734 e 1735 pelos “padres matemáticos”, vemos que, bem naquele ponto antes do acidente, erigiu-se o arraial de Vera Cruz, de onde parte um caminho que leva por Brumado, contornando aquela serra, passando pelo pico de Matheos Leme, arraial do Borba e seguindo, enfim, para Pitangui. Se o Fecho do Funil não fosse um obstáculo, essa rota por terra — que evita aquele ponto e contorna a acidentada serra do Rola Moça (nome atual) — não teria se desenvolvido, e seria possível seguir o curso fluvial até bem mais próximo da Vila de Pitangui. A importância da rota terrestre é atestada pelo registro, como ponto de referência, do pico de “Matheos Leme”. Como já foi dito, pontos como estes eram fundamentais



para esse tipo de viagem terrestre.

Temos, então, um possível padrão geográfico de circulação pelo vale do Paraopeba, que segue imposições naturais e tendências de desenvolvimento dos núcleos urbanos. Alguns desses padrões da geografia física e circulação humana foram responsáveis pelas delimitações políticas daquela região e pelo seu povoamento.³² Por exemplo, o rio Paraopeba dividiu as comarcas do Rio das Mortes e de Vila Rica. A ocupação humana também foi condicionada por elementos naturais como o tempo, flora, hidrografia e formações geológicas que levantaram serras e formaram minerais preciosos no subsolo, além dos elementos antrópicos como picadas, caminhos e núcleos urbanos já existentes e que balizavam a circulação local. Entender por onde ocorreram essas circulações e o trajeto geográfico de ocupação das Minas permitirá um melhor entendimento dos processos de formação daquela sociedade e do seu uso do espaço. Essa comunicação buscou demonstrar como tais estudos podem ser feitos através de uma abordagem de mapas modernos e coevos que dê mais atenção ao plano material dessas produções cartográficas. Utilizou-se o exemplo do vale do Paraopeba, e o argumento de que talvez esta região possa ter sido parte do chamado Caminho de São Paulo ou Caminho Velho, o que não só questionaria as interpretações mais correntes sobre essa rota de ocupação e circulação das Minas, mas, também, atrairia a atenção de estudiosos a uma área até então relativamente negligenciada pela historiografia.

32 MORAES, *De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais*, 2007; RENGER, *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735)*, 2007 e RESENDE, *Itinerários e interditos na territorialização das Geraes*, 2007.



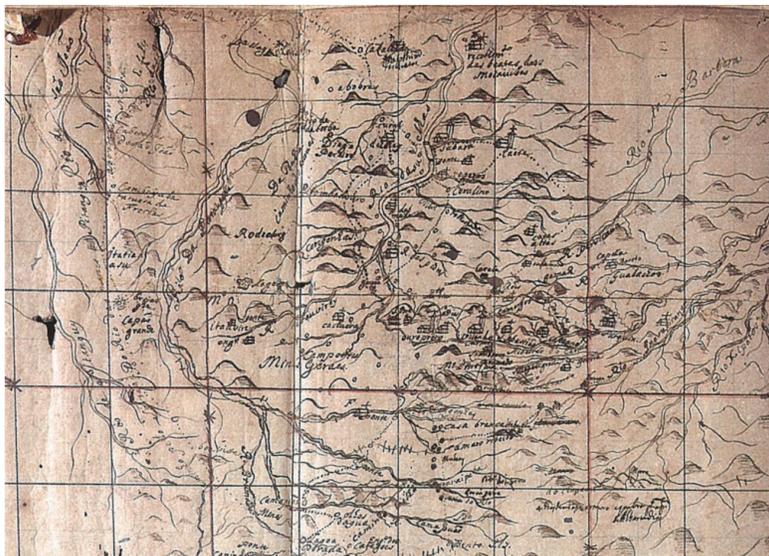


Figura 1 – Detalhe de um mapa anônimo do início do século XVIII que mostra o pico de “Itatia asu”, do lado esquerdo do mapa, como ponto de referência para se transitar pelo vale do Paraopeba. - É possível ver o caminho que segue desse pico para Pitangui e a referência a um ponto do lado leste do planalto ao sul da serra do Curral como “Rodeadoro”. Fonte: COSTA, Cartografia da Conquista do Território das Minas, 2004.



Figura 2 – Mapa anônimo do início do século XVIII mostrando os mesmos elementos da Figura 1, mas enfatizando a condição do planalto ao sul da atual serra do Curral como “Rodiadouro”. Fonte: RENGER, A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. 2007.



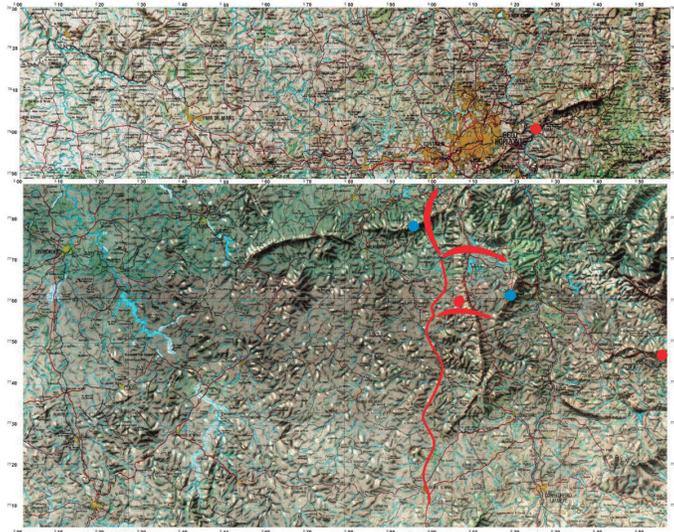


Figura 3 – Detalhe de uma carta atual mostrando as possibilidades de caminhos ligando o vale do Parapeba às cidades de Ouro Preto e Sabará. - Os picos do Itatiaçu e Itabirito estão marcados em azul. Os pontos em vermelho são Vila Rica, Sabará e um antigo sítio no vale do Parapeba aos pés da atual serra da Moeda. Fonte: IBGE (1979). Folha SE-23-Z-C, Belo Horizonte, 1:250.000; e IBGE (1979). Folha SF-23-X-A, Divinópolis, 1:250.000.

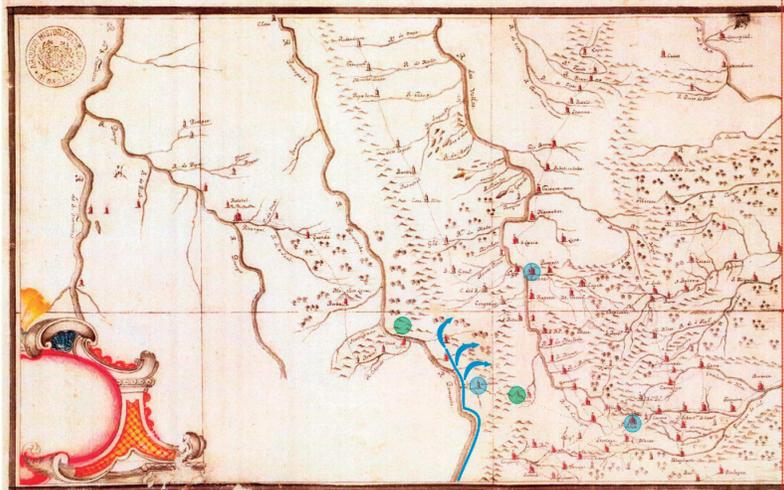


Figura 4 – Detalhe de um dos mapas dos padres matemáticos, de 1734/1735, mostrando as mesmas possibilidades de rotas ilustradas na Figura 3, mas, agora, em relação à percepção coeva do espaço. - Fica claro que mesmo em representações cartográficas da época essas rotas podiam ser percebidas. Essa afirmação é reforçada pela representação de destaque do pico de Itaubira, atual Itabirito, marcado em verde, com um caminho saindo dele e seguindo para “Cachoeira”. Estão marcados em verde e azul os mesmos pontos do mapa anterior. Fonte: COSTA, Cartografia da Conquista do Território das Minas, 2004





Figura 5 – Vista a partir do alto da Serra da Moeda (nome atual). - No centro da fotografia se destaca o pico de Itabirito (nome atual). Fonte: Acervo pessoal do autor, 2008.



Figura 6 – Vista a partir da BR-040, km 555, logo ao pé da serra da Moeda, no seu lado leste, mostrando o pico da serra da Piedade, marcante na paisagem, ao centro. Fonte: Acervo pessoal do autor, 2008.



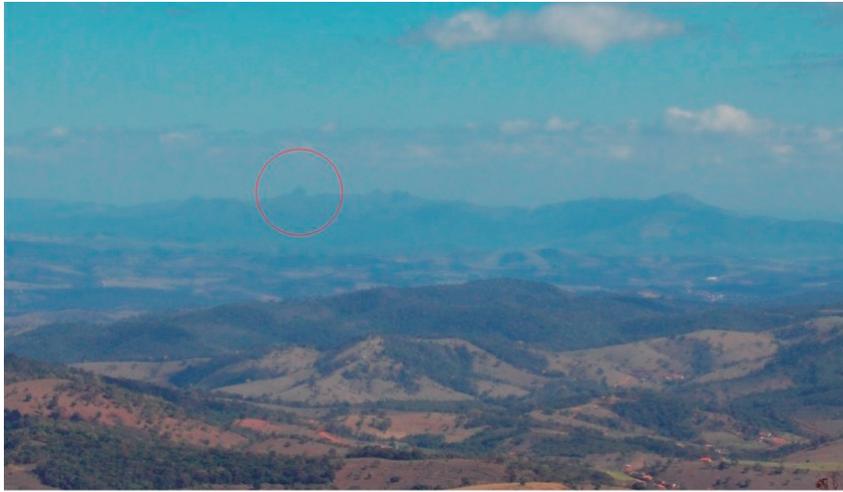


Figura 7 – Vista a partir do alto da Serra da Moeda (nome atual). - No centro da fotografia se destaca o pico de Itatiaiuçu (nome atual), com sua característica forma de pódio. Fonte: Acervo pessoal do autor.



Figura 8 – Detalhe de uma carta atual mostrando a rota do Caminho Novo que segue pelo lado leste do planalto o sul da serra do Curral, evitando essa formação e, também, o vale do Paraopeba. Fonte: IBGE (1979). Folha SE-23-Z-C, Belo Horizonte, 1:250.000.



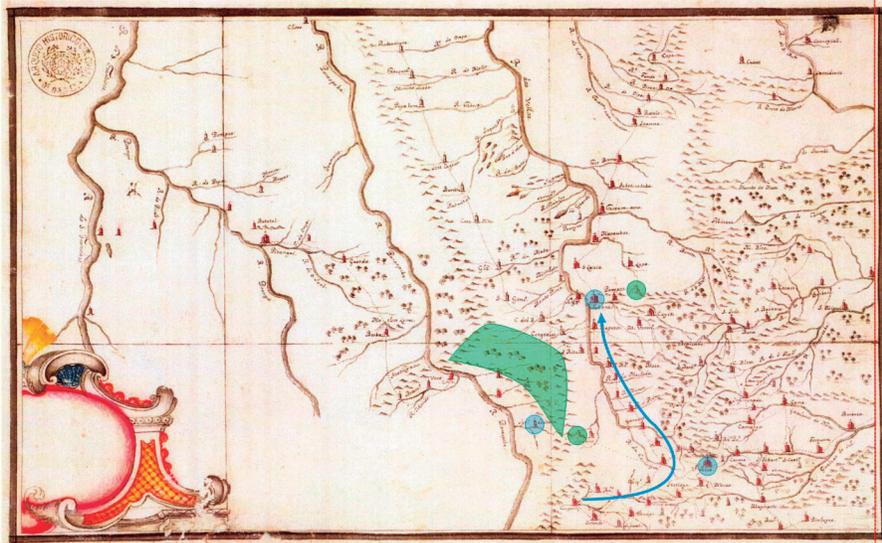


Figura 9 – Detalhe de um dos mapas dos padres matemáticos, de 1734/1735, mostrando a rota do Caminho Novo, em relação à percepção coeva do espaço. - O caminho evita completamente o planalto ao sul da serra do Curral e o vale do Paraopeba. Fonte: COSTA, Cartografia da Conquista do Território das Minas, 2004.

Documentação Manuscrita

1 – Arquivo Histórico Ultramarino

AHU, Avulsos, Caixa 19, Documento 34. 30/07/1731.

CARTA de Diogo Cotrim de Souza, ouvidor-geral da Comarca do Rio das Velhas, dirigida a D. João V, informando-o acerca das diligências sobre a Casa da Moeda falsa.

2 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, Manuscritos do Brasil, vol.26, fl.102v-103v. 08/02/1729.

“Caza da moeda e remessa de materiais”.

3 – Arquivo Público Mineiro

APM, CMOP 006, fl.59. 03/03/1726.

“Registro de hum Bando sobre as Minas da Itaberaba e Casa da Casca”.





4 – Biblioteca Nacional de Lisboa

BNL, Coleção Pombalina, Códice 738, fl.251-257v. Sem data ou assinatura.
PROVINCIA DAS MINAS: A provincia das Minas não Só He a mais prizioza
pedra da coroa de Portugal porem entendo que nenhum Principe do
Mundo tem Estado tão seguro e que produza tanta riqueza. [relatório]
BNL, Coleção Pombalina, Códice 6699. 15/01/1731.
“Treslado da delação que fez Francisco Borges de Carvalho de seu sócio
Ignácio de Souza Ferreira de ter casas de fundição e de cunhar moedas”.

5 – Documentação Impressa:

CARTA de D. Brás Baltasar da Silveira ao Rei de Portugal de 28 de março
de 1715. APM, Seção Colonial, Códice SG 04, fl.396v. Retirado de
ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A Geografia do Crime: Violência nas
Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.13.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, André Ferrand. *A Formação do Espaço Brasileiro e o Projecto do
Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Na-
cional para as Comemorações do Descobrimtos Portugueses, 2001.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.
Estudo Biobibliográfico por Affonso D’Escragnolle Taunay. Belo Ho-
rizonte: Editora Itatiaia, 1982.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*.
Introdução e comentário crítico por Andrée Mansuy Diniz Silva. Lis-
boa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos
Portugueses, 2001.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Cartografia, poder e imaginário: cartográfica
portuguesa e terras de além-mar. In: SIMAN, L. M. C.; FONSECA, T.
N. L. (Org.). *Inaugurando a história e construindo a nação: discursos
e imagens no ensino da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
p.123-147.





- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: Séculos xv-xviii*. As estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CASSELL, P. (ed.). *The Giddens reader*. Londres: Macmillan Press, 1993.
- CAVALCANTE JÚNIOR, Paulo de Oliveira. *Negócios de trapaça: caminhos e des-caminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- COSTA, Antônio G. (Org.). *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- DANGELO, André Guilherme Dornelles. A formação da cultura arquitetônica em Portugal durante os séculos xvii e xviii e seus agentes de transposição para o Brasil e as terras mineiras: o Doutor Antônio Pereira de Souza Calheiros e sua contribuição para a construção da arquitetura erudita das Minas Gerais setecentistas. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (Séculos xvi-xviii)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 345-367.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramalhete, 17.ed.. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-110.
- GIDDENS, Anthony. *The constitution of society: outline of a theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GUIMARÃES, André Rezende. *Inácio de Souza e os Falsários do Paraopeba: Minas Gerais nas redes mundializadas do século xviii*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HODDER, Ian. *Theory and Practice in Archaeology*. Londres: Routledge, 1995.





- HODDER, Ian *et. al.* (orgs.). *Interpreting Archaeology: Finding meaning in the past*. Londres: Routledge, 1995.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. *World Archaeology*, Londres, v.25, p.152-174, 1993.
- JOHNSON, Matthew. Concepts of agency in archaeological interpretation. *Journal of Anthropological Archaeology*, v.8, p.189-211, 1989.
- JOHNSON, Matthew. *Housing culture: traditional architecture in an english landscape*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.
- MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e serviços banais: ofícios mecânicos e as câmaras no final do antigo regime. Minas Gerais e Lisboa 1750-1808*. 2003. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p.55-85.
- PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII (1702-1762)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2007.
- RENGER, Friedrich E. A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 127-137.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 25-53.





- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo*. Séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROCHE Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SAFIER, Neil; FURTADO, Júnia Ferreira. O Sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia européia sobre o Brasil. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 263-277.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TÚLIO, Paula Regina Albertini. *Falsários D'El Rei: Inácio de Souza Ferreira e a casa de moeda falsa do Paraopeba (Minas Gerais 1700-1734)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

